Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS
Vol. 16 Nº 33, Jul - Dez de 2024
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Diplomatas brasileiros: entre o exercício da função e as percepções pessoais dos contextos nacional e internacional

Brazilian diplomats: between the exercise of their role and personal perceptions of nactional and international contexts

Ismara Izepe de Souza*

Resumo: O texto traz considerações sobre a atuação dos diplomatas brasileiros, apresentando situações e contextos nos quais o exercício da função ocorreu em divergência com as ações orientadas pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE). Avaliaremos, através das fontes diplomáticas e bibliográficas, casos em que os diplomatas, ao agirem de acordo com suas percepções políticas e ideológicas sobre o contexto nacional ou internacional, se colocaram em oposição às orientações oficiais, arcando com os riscos e prejuízos de suas escolhas. Nosso recorte cronológico é amplo, envolvendo diplomatas atuantes desde a década de 1930 até o tempo presente. O texto também pretende discutir os axiomas próprios da carreira diplomática e do MRE, como o do "espírito de corpo" e o da defesa do "interesse nacional".
Palavras-Chave: Diplomacia; Itamaraty; Política Externa Brasileira

Abstract: The text brings considerations about the performance of Brazilian diplomats, presenting situations and contexts in which the exercise of the function occurred in divergence with the actions guided by the Ministry of Foreign Affairs (MRE). We will evaluate, through diplomatic and bibliographic sources, cases in which diplomats, when acting according to their political and ideological perceptions about the national or international context, put themselves in opposition to official guidelines, bearing the risks and losses of their choices. Our chronological cut is broad, involving diplomats active from the 1930s to the present time. The text also intends to discuss the axioms of the diplomatic career and the MRE, such as the "spirit of body" and the defense of the "national interest".
Keywords: Diplomacy; Itamaraty; Brasilian Foreign Policy

* Professora Associada do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

Introdução

No Brasil, desde o século XIX, a diplomacia se constitui em uma das carreiras de maior prestígio na administração pública federal. Embora nas últimas duas décadas tenha havido empenho do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em democratizar o acesso à carreira, tornando oportuno um programa de ação afirmativa étnico-racial, é notório que os aprovados no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD) se inserem em um perfil racial e socioeconômico que não condiz com o da média da população brasileira. Os diplomatas do século XXI não pertencem à "nobreza", como era no século XIX, mas majoritariamente ainda advém das camadas médias ou altas do país. A aprovação exige uma gama de conhecimentos difusos e aprofundados nas áreas de história, política internacional, direito e línguas, sendo o concurso um dos mais concorridos e difíceis do cenário nacional.

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil, conhecido como Itamaraty, se construiu ao longo da história como uma burocracia que tem características específicas no seio do Estado brasileiro. Reconhecida internacionalmente por ser uma das mais bem preparadas do mundo, a diplomacia brasileira tem um traço rapidamente identificável para um público externo: o espírito de corpo. Este termo exprime a existência de uma forma específica de sociabilidade e de aspectos comuns de atuação, que levam em conta especialmente a manutenção do prestígio da instituição a qual pertencem. Vários trabalhos desenvolvidos nas últimas décadas têm se preocupado em analisar o caráter insulado do Itamaraty e explicar esse espírito de corpo (CHEIBUB, 1984; MOURA, 2007; LOPES, 2013). À despeito da ideia de que devem atuar de forma uníssona, acatando às determinações do Executivo, houve episódios em que os diplomatas agiram em dissonância com a pretensa uniformidade enunciada acima, desacatando as orientações da chancelaria.

Este texto pretende percorrer um trajeto que propicie a reflexão sobre as especificidades da carreira, bem como demonstrar que existiram dissonâncias que fizeram com que a coesão de pensamento sobre os rumos da política externa encontrasse seus limites. Trabalhamos com a hipótese, confirmada pela pesquisa, de que embora a maior parte da diplomacia brasileira incorpore os comportamentos próprios do espírito de corpo e valorize a hierarquia, existiram orientações que não foram seguidas por parte de seus membros. Sendo assim, dividiremos nossa

explanação em três seções. Na primeira, traçamos um panorama histórico do Itamaraty, destacando o seu processo de fortalecimento ao longo de décadas. Teceremos considerações sobre o perfil socioeconômico e a sociabilidade entre os diplomatas. Situações ilustrativas da dicotomia entre seguir as orientações do MRE, ou as próprias convicções morais, políticas ou ideológicas, serão apresentadas na segunda seção. A partir de fontes dos arquivos do Itamaraty e bibliográficas, trazemos à tona ações efetivadas por diplomatas que foram no sentido oposto ao recomendado pelos seus superiores, e que muitas vezes renderam punições ou repreensões. Nos atentaremos às ações empreendidas por dois diplomatas: Luiz Martins de Souza Dantas e Carlos da Silveira Martins Ramos. Suas atuações se situam na mesma década, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Para aprofundar a reflexão sobre a ação da diplomacia em períodos posteriores, chegando ao tempo presente, a terceira e última seção propõe a reflexão sobre a atuação de outros diplomatas que não se calaram diante de orientações que, em suas percepções, foram consideradas errôneas ou contrárias ao interesse nacional. Abordaremos o comunismo e o anticomunismo presentes dentro do MRE, e como tais ideologias influenciaram a ascensão ou até mesmo a interrupção de trajetórias profissionais. Tais episódios, embora difusos no tempo, podem contribuir para a reflexão sobre o papel da diplomacia brasileira e a destruição de alguns de seus mitos inerentes, como o de que, independentemente dos governos, os diplomatas promovem ações coesas em defesa de uma única concepção de interesse nacional.

1) A “Casa de Rio Branco”

A independência do país, cujos 200 anos se celebraram em 2022, embora não tenha gerado profundas transformações sociais, uma vez que foi mantida a estrutura social amparada no trabalho escravo, promoveu significativas modificações no aparato burocrático brasileiro. Data de 1808 o estabelecimento da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra que, a partir do rompimento efetivo com Portugal, em 1822, foi desmembrada em duas: Negócios Estrangeiros e Guerra (GARCIA, 2005, p. 49). A primeira instituição se esforçou por assegurar o reconhecimento de nossa independência frente aos países europeus. Em 1891, com o advento da proclamação da República, surgiu a denominação Ministério das Relações Exteriores, que permanece até os dias de hoje.

O prestígio do MRE e a valorização da carreira ocorreu especialmente durante a gestão do Barão do Rio Branco (1902-1912). Além da resolução de questões fronteiriças e da anexação do Acre, o ilustre chanceler promoveu considerável inflexão nas prioridades da política externa do Brasil, percebendo e atuando frente à nova posição de projeção que os EUA alcançavam no cenário internacional (BUENO, 2012). Rio Branco fez com que o Itamaraty fosse cada vez mais respeitado, não só nos círculos de poder, mas junto à opinião pública nacional. Pertinente o fato observado por Felipe Estre de que o prestígio da Instituição nesse período esteve vinculado à "liderança personalista e carismática" do Barão do Rio Branco (2024).

No início do século XX, os representantes brasileiros eram escolhidos junto às elites ligadas aos negócios de Estado, assim como no Brasil Império. Formado pelos parâmetros de conduta imperiais, Rio Branco manteve o recrutamento dos diplomatas a partir de sua condição social, selecionando homens provenientes dos setores oligárquicos, ou seja, brancos "bem-nascidos" (AMPARO; MOREIRA, 2021, p. 5). Somente na década de 1940 houve modificações expressivas na seleção dos candidatos. O Instituto Rio Branco (IRB), criado em 1945 com o objetivo de selecionar e treinar os aprovados para compor os quadros do MRE, amparou-se na necessidade de burocratizar e profissionalizar o serviço público brasileiro, uma meta do governo Vargas. Desde então, o IRB detém o monopólio na conformação do perfil dos diplomatas, os formando dentro de critérios próprios para a representação brasileira no exterior e para os trabalhos internos da instituição.

O primeiro governo Vargas (1930-1945) promoveu a desarticulação do Estado oligárquico através de vários mecanismos, entre eles a criação, em 1938, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). A efetivação do concurso e da estabilidade do serviço público deu passos importantes para a racionalização da administração do país, pautada por um recrutamento feito com base no mérito e nas credenciais técnicas do indivíduo (DINIZ, 1999, p. 26). O Itamaraty não ficou alheio a este processo, acompanhando o crescimento e a complexidade do aparato burocrático brasileiro ao promover a racionalização da escolha de seus servidores. No entanto, isso não alterou o caráter elitista da diplomacia, uma vez que, para ser aprovado, o candidato deveria demonstrar domínio, por exemplo, das línguas estrangeiras. Os atributos exigidos coincidiam com a formação das classes abastadas, especialmente de filhos de diplomatas e de outros quadros das elites políticas. Raros

eram os bons candidatos cujas origens não remontavam às altas camadas da sociedade.

A trajetória de João Guimarães Rosa é inusitada e não acompanhou a tendência. Aprovado em segundo lugar nas provas para admissão ao MRE em 1934, o célebre literato surpreendeu a banca do concurso por seus conhecimentos refinados e por não apresentar credenciais familiares ou outras que lhe aferissem algum grau de prestígio. Ao escrever à mãe, Guimarães Rosa teria observado que, chegando às provas eliminatórias finais, ele imaginava ser o único que não havia estado na Europa (FORTUNA, 2001, p. 291). Seu brilhantismo lhe garantiu acesso à carreira de Estado e, em alguns momentos da vida, a segurança necessária para seguir pelo caminho da literatura. Seu exemplo nos remete às imbricações entre a intelectualidade e a diplomacia, exemplificada na trajetória de outros expoentes da nossa cultura, como Vinícius de Moraes e João Cabral de Melo Neto.

O diplomata intelectual, que simultaneamente defende o interesse nacional e contribui para o pensamento social brasileiro, remonta ao início de nossa vida republicana (PINHEIRO; VEDOVELI, 2012, p. 212). Ao longo do século XX, essa conexão fez com que a análise acadêmica da política externa brasileira fosse frequentemente realizada pelos seus próprios formuladores. Essas imbricações entre a diplomacia e a academia foram avaliadas por Felipe Estre em sua tese de doutorado, que esmiuçou o desenvolvimento da área de Relações Internacionais no Brasil, apontando para a posição privilegiada dos diplomatas na produção de um conhecimento que, ao ser assimilado pela academia, acaba por criar limitações analíticas sobre a política externa brasileira (2022).

São muitas as especificidades do MRE, se comparado a outros órgãos do Executivo brasileiro. Cristina Patriota de Moura, que realizou um estudo em perspectiva antropológica da "cosmologia" dos diplomatas, afirma que seu sistema de crenças, símbolos e práticas rituais proporciona um *ethos* e uma visão de mundo próprios (2007, p. 34). Zairo Cheibub, com a mesma preocupação de investigar as especificidades da profissão, considera que o treinamento dos diplomatas lembra o dos militares, sendo a hierarquia um traço importante de sua formação. Na visão deste autor, a institucionalização confere autonomia crescente ao Itamaraty, fortalecendo a capacidade de assegurar a continuidade de políticas, ao impedir mudanças bruscas e indesejadas (1984, p.30). Assim, o Itamaraty, através de um

longo processo histórico, foi se transformando em arena decisória das ações internacionais do país. Mesmo que, em tese, as decisões caibam ao presidente da República, na prática os diplomatas foram se transformando em agentes formuladores da política externa brasileira.

Corroborando a visão esboçada acima, é comum nos depararmos com o discurso interno no MRE sobre a prática de uma política de Estado que, independentemente do governo em vigência, protegeria pressupostos básicos da tradição diplomática brasileira: a defesa do desenvolvimento nacional, da autodeterminação dos povos, e da busca por autonomia frente aos desafios internacionais. A Constituição de 1988 foi a primeira a trazer, em seu artigo 4º, as linhas mestras da ação brasileira no plano internacional, algumas delas entendidas como tradições conformadas ao longo do século XX.

Nos últimos tempos, essa visão de que as tradições são permanentes, e fazem da política externa uma política de Estado, tem caído em descrédito, sendo mais frequente a afirmação de que a mesma se constitui em uma política pública que está sujeita às visões de mundo e às prioridades elencadas pelos governantes de plantão. Giorgio Romano Schutte observa que a política externa brasileira é uma política pública que tem singularidades que a diferenciam de outras áreas, afirmando que a propalada política de Estado pode significar ações de longo prazo, necessárias para dar aos atores externos a ideia de consistência (SCHUTTE, 2013, p. 212). No entanto, este mesmo autor argumenta que é legítimo que no sistema democrático o "interesse nacional" seja interpretado pelos grupos políticos que a sociedade conduziu à direção do aparato estatal (2013, p. 213)

Um breve olhar pelas fileiras dos candidatos aprovados revela a ausência de diversidade socioeconômica e étnica na diplomacia brasileira. Na questão relacionada à gênero, a realidade deixa muito a desejar, pois, em pleno século XXI, a quantidade de mulheres diplomatas ainda é muito menor do que a de homens. Nos últimos anos o tema ganhou destaque a partir de trabalhos acadêmicos majoritariamente desenvolvidos por mulheres (AMPARO; MOREIRA, 2021; BALBINO, 2011; GOBO, 2018; FRIAÇA, 2018). Em 1918, Maria José de Castro Rebelo Mendes foi a primeira mulher a ingressar oficialmente no MRE, tendo que recorrer à justiça para se sobrepor ao veto de Nilo Peçanha, chanceler à época. Em 1938, Oswaldo Aranha proibiu as mulheres de adentrarem à carreira, sob a justificativa de que a

representação feita por elas exporia o Brasil ao ridículo, criando embaraços em países nos quais, devido à religião e aos hábitos sociais, elas não seriam bem aceitas. Ademais, alegava que a mulher não conseguiria agir de forma precisa, submetendo o marido ao vexame do conflito com sua autoridade (AMPARO; MOREIRA, 2021, p. 8). Nos 20 anos que separam a admissão de Rebelo Mendes no MRE e a proibição de 1938, 18 mulheres entraram para a diplomacia, sendo a restrição revista somente em 1954 (GOBO, 2018, p. 446). Em 2015, as mulheres representavam somente 22,3% do total de diplomatas ativos (GOBO, 2018, p. 448). Essa desigualdade de gênero se identifica não só na entrada para a carreira, mas também ao longo da trajetória institucional. A diplomata Viviane Balbino inovou ao escolher o tema da sub-representação feminina na diplomacia para a dissertação entregue à Instituição para fins de progressão na carreira (2011). Balbino afirma que chegou a ser desencorajada a prosseguir com a proposta de trabalho, sob a alegação de que ficaria marcada por abordar um tema delicado dentro do MRE (2011, p. 13). Apesar do esforço do chanceler Celso Amorim durante os oito anos de governo Lula (2003-2011) para nomear mulheres para o cargo mais elevado na carreira, qual seja, o de ministra de primeira classe, em 2011 elas representavam 20% do total de diplomatas a alcançar este posto (GOBO, 2018, p. 448).

Karla Gobo menciona também a falta de representatividade de negros na diplomacia, levantando fontes secundárias que indicam que, em 2003, apenas 0,7% dos diplomatas seriam pertencentes ao grupo de não brancos (2018, p. 455). O portal Alma Preta apontou que uma pesquisa realizada em 2020 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) atestou que somente 11,6% dos servidores do MRE se identificavam como negros, lembrando que o primeiro embaixador de carreira negro foi nomeado somente em 2010 (2022).

No que tange ao perfil político e ideológico da diplomacia, à despeito das orientações para uma ação que se sobreponha às simpatias pessoais, a diversidade de pensamento se impôs. Liberais, nacionalistas e adeptos das correntes de esquerda compuseram os quadros do Itamaraty. Miriam Saraiva, ao avaliar o período pós-Guerra Fria, classifica os diplomatas em dois grupos, quando se trata de visão de mundo e inserção internacional: os institucionalistas pragmáticos e os autonomistas (2010). Para além do discurso sobre uniformidade, pode-se verificar diferenças nas prioridades e estratégias de inserção internacional, sendo que os primeiros

defenderiam a adesão ao liberalismo e aos regimes internacionais, entendendo o alinhamento à potência hegemônica, leia-se EUA, como essencial ao desenvolvimento do país. A ascensão desses teria seu auge na década de 1990. Já os autonomistas ou nacionalistas teriam apoiado as ações da política externa dos governos Lula (2003-2010), defendendo uma postura mais ligada à percepção desenvolvimentista no campo da economia, e um maior engajamento na defesa de mudanças das regras do sistema internacional. Esta divisão, embora se refira a um contexto específico do Brasil a partir da sua redemocratização, nos remete às diferentes ideias sobre a forma pela qual o Brasil deve conduzir a sua política externa.

Especialmente a partir da segunda metade do século XX, observam-se divergências na percepção sobre como o país deveria agir frente ao contexto da Guerra Fria e à relação com a potência hegemônica: alinhamento ou não, muitas vezes foram traduzidos como simpatias aos EUA ou antiamericanismo, servindo às polarizações internas, como à época da Política Externa Independente (PEI), lançada por Jânio Quadros em 1961. Desde a década de 1930, o anticomunismo parece ter sido majoritário junto ao pensamento da diplomacia brasileira. Adriana Setemy observa que os estudos no Brasil sobre o comunismo tendem a ressaltar o papel das esquerdas e dos revolucionários, relegando em segundo plano o papel dos indivíduos, grupos e instituições que agiram contra o chamado "perigo vermelho" (2014, p. 11). O que nos propomos nas seções seguintes é justamente contribuir para a compreensão sobre como o comunismo, o anticomunismo e outras ideologias influenciaram as ações de alguns expoentes da diplomacia brasileira.

2) Entre a obediência à hierarquia e as convicções pessoais

Entre a obediência à hierarquia, que é uma característica identificada por aqueles que encontram traços de similaridade entre o corpo diplomático e os militares, e o desejo de promover ações condizentes com os valores pessoais, muitos diplomatas se encaminharam à segunda opção. Nesta seção, apresentaremos dois casos emblemáticos da segunda postura, que consideramos ser minoritária no MRE. Nos ateremos às trajetórias de Luiz Martins de Souza Dantas e Carlos da Silveira Martins Ramos, especialmente em suas ações nas décadas de 1930 e 1940. O primeiro, reconhecido pela defesa dos judeus vítimas do nazismo, teve sua atuação relatada pelo historiador Fábio Koifman, no livro *Quixote nas Trevas* (2002). O

segundo, Martins Ramos, teve seu percurso diplomático marcado por embates constantes com os seus superiores.

Descendente de "varões ilustres" do Império brasileiro (KOIFMAN, 2002, p.39) e afeito à liturgia do cargo, Luiz Martins de Souza Dantas acumulava décadas de experiência à frente da embaixada brasileira em Paris, quando, no início dos anos de 1940, passou a defender os judeus perseguidos pelo nazifascismo. As leis antissemitas do governo de Hitler provocaram uma corrida dos cidadãos de origem judaica aos consulados e embaixadas americanos na Europa em busca de vistos. O Brasil vivenciava à mesma época a ascensão do Estado Novo (1937-1945), um regime ditatorial controlado por Getúlio Vargas que tinha entre suas características o nacionalismo e a centralização política. Em função dessa política nacionalista, mas também com o objetivo de seguir os EUA em suas linhas gerais de política emigratória, o governo Vargas decidiu impor restrições à entrada dos judeus no Brasil (CARNEIRO, 2020). A partir de 1937, circulares secretas começaram a ser endereçadas às representações no exterior determinando expressamente a proibição de visto no passaporte de cidadãos que tivessem origem semítica. À primeira circular, assinada pelo ministro Mario de Pimentel Brandão, seguiram-se outras de igual teor, assinadas por Oswaldo Aranha (CARNEIRO, 2020). Por décadas sem serem conhecidas do público, tais circulares foram divulgadas pela historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro no livro *O anti-semitismo na Era Vargas*, que denunciou o perfil majoritariamente antissemita da diplomacia brasileira no período (CARNEIRO, 1995).

Souza Dantas e outros poucos diplomatas[1] contrariaram as circulares, driblando as determinações ao conceder vistos camuflados aos judeus que procuravam desesperadamente fugir das medidas, cada vez mais insuportáveis, da Alemanha nazista (CARNEIRO, 2020). Artimanhas foram necessárias para encobrir a origem semita dos portadores dos vistos para que, na chegada ao Brasil, a vigilância

[1] Segundo Tucci Carneiro: "Outros nomes surgiram, inicialmente sem comprovação: Carlos Martins Pereira, embaixador do Brasil em Washington, Orlando Arruda, secretário da Legação brasileira em Varsóvia, Murillo Martins de Souza, cônsul-geral do Brasil em Marselha, e Aracy Moebius de Carvalho, funcionária do consulado-geral de Hamburgo, com a conivência do cônsul e escritor brasileiro João Guimarães Rosa." (CARNEIRO, 2020). No processo administrativo aberto para averiguar a emissão de vistos irregulares constava, além de Souza Dantas, outros dois diplomatas: Antônio Porciúncula e Eduardo Porto Osorio Bordini. In: Relatório de Maurício de Nabuco, presidente da Comissão de Inquérito para Getúlio Vargas, presidente da República. Rio de Janeiro, 25 fev. 1942. Lata 1096, maço 20778. Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

nos portos de desembarque não impedisse a entrada desses cidadãos. A proibição de concessão de vistos aos judeus foi reiterada por Oswaldo Aranha em dezembro de 1940, momento em que já se tinha maior clareza do destino trágico dos judeus estabelecidos em territórios ocupados. Souza Dantas, a partir disso, passou a visar os passaportes com datas anteriores à circular (CARNEIRO, 2020). A sensibilidade e a coragem demonstradas por Souza Dantas e outros diplomatas salvaram centenas de vidas, pois se acatassem as determinações do governo Vargas, certamente os beneficiários de tais medidas teriam sucumbido nos campos de concentração nazistas.

Fabio Koifman calcula que, embora seja impossível precisar quantas vidas Souza Dantas salvou com seu gesto, pelo menos 400 judeus que chegaram ao Brasil tiveram seus vistos concedidos por ele após a emissão das circulares secretas (2002, p. 24). Koifman, a partir de entrevistas com dezenas de pessoas salvas por Dantas, excluiu a hipótese de que ele tenha condicionado a sua ação a algum benefício financeiro, como ocorreu em representações de outros países.

Após 1940, Souza Dantas continuou a informar oficialmente o chanceler Oswaldo Aranha sobre a tragédia vivida pelos judeus na França ocupada pelos nazistas. Segundo Tucci Carneiro, “seus escritos assumem a forma de denúncia e alerta” (2020). Embora Koifman aponte para uma boa relação pessoal entre o chanceler e Souza Dantas, o processo administrativo contra seu “crime humanitário” foi instalado pelo DASP ao final de 1941. Envolvido e condenado pelo inquérito administrativo que apurou a entrada ilegal de estrangeiros no Brasil, Souza Dantas conseguiu reaver seus direitos, tendo falecido em Paris, em 1954.

Cabe observar que os atos humanitários de Souza Dantas não puderam vir à luz no imediato pós-guerra, pois a postura do governo Vargas revelaria o que havia se produzido de pior em termos de intolerância. O ocultamento das ações de Dantas era necessário para não colocar a diplomacia brasileira em má situação, uma vez que, a partir de 1945, a orientação da política externa de alinhamento aos EUA nos fóruns multilaterais levou o Brasil a defender a criação de mecanismos de defesa e acolhimento dos judeus sobreviventes do Holocausto (CARNEIRO, 2010).

Evidenciando a importância do livre acesso à documentação produzida pelo aparato burocrático brasileiro, os gestos de Dantas e outros tantos só vieram à tona após a publicação dos trabalhos de Tucci Carneiro e Fábio Koifman. Souza Dantas e

Aracy de Carvalho[2] são os únicos brasileiros que receberam o título de "Justo entre as Nações", uma honraria que o governo de Israel oferece às pessoas que, não sendo de origem semita, comprovadamente se arriscaram para salvar a vida de judeus.

Contemporâneo de Souza Dantas no Itamaraty, Carlos da Silveira Martins Ramos, neto do ilustre político do Império, Gaspar Silveira Martins, teve uma carreira marcada por indisposições com a Secretaria de Estado e com outros colegas de profissão. Ao se referir ao colega, Vasco Leitão da Cunha, diplomata cuja trajetória mencionaremos adiante, afirmou em sua biografia *Diplomacia em alto-mar*: "Era teoricamente a favor do comunismo. Não praticamente, mas teoricamente. Achava muito bonito tudo o que o comunismo ia fazer" (1994, p. 190). Martins Ramos, apesar de não demonstrar ligações estreitas com o comunismo, manifestou, em diversas ocasiões, simpatias a governos considerados de esquerda. Em 1938, em plena vigência da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), Martins Ramos assumiu a Embaixada brasileira na Espanha, na qualidade de encarregado de negócios. Com a aposentadoria de Alcebíades Peçanha, embaixador por muitos anos em Madri, coube a ele a missão de manter as relações oficiais do Brasil com a República espanhola.

O conflito espanhol teve início quando, em julho de 1936, segmentos militares com apoio das elites fundiárias e da alta hierarquia da Igreja católica resolveram iniciar um levante para derrubar o governo republicano que, no início de 1936, havia ganhado as eleições a partir de uma Frente Popular. Rapidamente as forças de esquerda do mundo todo manifestaram solidariedade à República, sustentada por um amplo espectro político que ia dos republicanos liberais aos comunistas. Os revoltosos, liderados por Francisco Franco, ganharam não só as simpatias dos adeptos do autoritarismo, mas também foram auxiliados militarmente pela Alemanha e a Itália. A cidade espanhola de Guernica, atacada por aviões alemães, foi o primeiro alvo civil da história destruído totalmente por um bombardeio aéreo (PRESTON, 2005, p. 22).

Em 1937, dada a dramática situação de Madri, controlada pelos republicanos mas cercada pelos revoltosos, Martins Ramos partiu para Barcelona como observador

[2] Guimarães Rosa também passou por cima das leis antissemitas do governo Vargas, ao visar mais passaportes judaicos do que a lei estipulada. Diversas fontes atestam o papel fundamental de sua companheira, Aracy de Carvalho, que, como funcionária do consulado brasileiro em Hamburgo, se arriscava para atender as demandas de diversos judeus e judias que recorriam à representação brasileira. Embora o papel de Aracy frente a essa decisão tenha sido alvo de recentes polêmicas, ela foi considerada "Justa entre as Nações". Sobre o tema ver SANTANA, Crisley, 2022.

político (SOUZA, 2009). Sua atuação na Espanha se constituiu como um "ponto fora da curva", pois foi o único diplomata que, em suas análises sobre o conflito espanhol, demonstrou simpatias aos republicanos, insistindo que aquele governo não deveria ser taxado genericamente de comunista, mas defendido por ter sido legalmente constituído a partir de eleições (SOUZA, 2009, p. 46). As afinidades ideológicas entre o Estado Novo e os revoltosos espanhóis se fizeram notar desde o início do conflito, evidenciando uma situação contraditória: o Brasil manteve relações diplomáticas com o governo legalmente constituído, mas nos bastidores e internamente não escondia suas simpatias aos revoltosos liderados por Franco. O governo Vargas chegou a autorizar sob sigilo o envio de toneladas de sacas de café para a zona rebelde (SOUZA, 2019, p. 28).

Por conta de suas opiniões entusiastas a favor dos republicanos espanhóis, Martins Ramos se indispôs com o MRE e, especialmente, com Oswaldo Aranha. Nos documentos trocados com a Secretaria de Estado, o diplomata insistia na solicitação de apoio financeiro do governo brasileiro para auxiliar as vítimas civis do conflito. Ramos sugeria que o almoço e merenda que ele e sua esposa ofereciam em sua residência, na cidade de Arenys del Mar,[3] para cerca de cem crianças, deixasse de ser um gesto particular e fosse realizado como ação oficial da representação brasileira[4]. Sua proposta, não autorizada, era a de criar um *hogar brasileño*, que estenderia o mesmo auxílio para 200 crianças, a exemplo da Suécia, que criara um instituto que abrigava mais de 500 delas.

Poucos anos depois, Martins Ramos entrou novamente em rota de colisão com Oswaldo Aranha, justamente por se indispor com Souza Dantas. Foi na pesquisa para este artigo, tendo de antemão o histórico de ambos os diplomatas esboçado acima, que descobrimos, através do livro de Fábio Koifman, que os dois diplomatas trabalharam juntos, e que Souza Dantas escreveu ao chanceler Oswaldo Aranha reclamando do comportamento inadequado de seu subordinado. O imbróglio deveu-se à insatisfação de Martins Ramos, enquanto conselheiro da Embaixada em Paris, com as orientações do embaixador para que visasse os passaportes de judeus, o que chegou a fazer contrariado. Souza Dantas descreveu a Aranha uma situação bastante

[3] Sobre o auxílio oferecido por Martins Ramos às crianças de Arenys del Mar ver: BUSSALLEU; TORRES, 1999, p. 87.
[4] Missões Diplomáticas Brasileiras, Barcelona. Ofício de 01 de novembro de 1938. Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

tensa, afirmando que o conselheiro o teria desrespeitado (KOIFMAN, 2002, p. 212-213).

A análise dos documentos do Arquivo Histórico do Itamaraty e as referências dispersas na bibliografia, dão conta de que Martins Ramos demonstrava suas insatisfações de forma impetuosa, não medindo as consequências de suas palavras e gestos. Após as desavenças com Souza Dantas, Martins Ramos, em 1941, deu uma entrevista ao jornal *A Notícia,* na qual afirmou haver irregularidades no fornecimento de passaportes aos judeus, sugerindo que representações e representantes diplomáticos cobravam pela emissão dos documentos (KOIFMAN, 2002, p. 224-225). Chegando ao Brasil, o conselheiro continuou a denunciar as irregularidades e atacar Souza Dantas. Duramente repreendido pelo MRE, Martins Ramos foi obrigado a escrever uma carta de retratação e de retificação aos redatores dos diversos jornais que haviam publicado as suas declarações. Explicou que as somas financeiras mencionadas em suas declarações se referiam à extorsão de supostos intermediários nas autorizações de vistos, e que não deveria pairar nenhuma suspeita sob a conduta dos representantes brasileiros (KOIFMAN, 2002, p. 126).

Outra referência a esse diplomata e às suas percepções sobre a situação do povo judeu encontra-se no livro *Missão no Reich*, de Roberto Lopes (2008), que expôs, a partir de ampla pesquisa, o comportamento dos diplomatas latino-americanos em seus postos na Alemanha à época de ascensão e vigência do nazismo. Lopes identificou que muitos diplomatas da América nutriam admiração pelos feitos econômicos da Alemanha hitlerista e pela ideologia nazista. Segundo este autor, em 1933, quando atuava como secretário da legação em Budapeste, Martins Ramos teceu suas opiniões favoráveis à política de Hitler para os israelitas. Não podendo ser considerado um novato em diplomacia, aos 39 anos, Martins Ramos declarou no Rio de Janeiro que o que se passava na Alemanha corresponderia às aspirações do povo alemão e que Hitler estava defendendo o cristianismo contra o seu inimigo tradicional (LOPES, 2008, p. 139).

A trajetória de Martins Ramos demonstra o quanto as ideias de uma época podem influenciar a postura dos diplomatas no exercício de sua função. Para o Itamaraty, polêmicas foram as suas afirmações sobre a situação da Guatemala no início da década de 1950. Martins Ramos atuou como representante brasileiro na cidade da Guatemala, expressando entusiasmo pelo governo de Jacobo Arbenz

(BAPTISTA JR., 2015, p. 85), que assumiu o poder promovendo propostas consideradas comunistas, tais como a reforma agrária. Em 1952, sendo designado para assumir como embaixador em Quito, no Equador, Carlos da Silveira Martins Ramos foi substituído na Cidade da Guatemala por Raul Bopp, poeta modernista que assumiu no momento em que a representação brasileira foi elevada à Embaixada. Bopp avaliava como certa a aproximação dos comunistas com o governo de Jacobo Arbenz mas, junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), esboçava a tese da diplomacia brasileira na década de 1950 sobre o comunismo ser fruto do subdesenvolvimento, que só poderia ser dissipado com o auxílio econômico norte-americano (BAPTISTA JR, 2015, p.104). No entanto, com a reforma ministerial promovida por Getúlio Vargas em 1953, Vicente Rao foi nomeado chanceler e passou a corroborar com a tese sobre o perigo comunista na Guatemala, contribuindo para que, na OEA, o Brasil defendesse a condenação guatemalteca. Os esforços brasileiros para solucionar a questão dentro do sistema interamericano não surtiram efeito, uma vez que os EUA optaram por invadir a Guatemala, promovendo um golpe de Estado em junho de 1954.

Durante a invasão norte-americana, Martins Ramos, já embaixador em Quito, foi novamente voz dissonante na diplomacia brasileira, condenando o golpe e apoiando o governo guatemalteco, sem a anuência do Itamaraty, através de um telegrama endereçado ao governo Arbenz. O gesto, destacado nos principais jornais daquele país, foi repreendido por Vicente Rao de forma enfática (BAPTISTA JR., 2015, p. 121-122). Cyro Freitas-Valle, embaixador no Chile, classificou a atitude de Ramos como pró-comunista (BAPTISTA JR., 2015, p. 122).

Falecido em 1956[5], Martins Ramos não chegou a assumir postos diplomáticos de maior relevância. Inferimos que isso se deve às desavenças com seus superiores, marca de sua vida profissional. Comunista ou antissemita, o fato é que sua trajetória demonstra que no Itamaraty existiram profissionais que não se curvaram às determinações vindas de cima.

[5] Documentos da Câmara Legislativa informam que em outubro de 1956, após o falecimento de Martins Ramos, o Congresso Nacional aprovou concessão de pensão vitalícia à sua mãe, Francisca Silveira Martins, então com 85 anos de idade. In: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1213303

3) O comportamento padrão e o desviante: o anticomunismo e a defesa da democracia

Os diplomatas que mencionamos na seção anterior tiveram condutas desviantes das determinações do MRE, e podem ser considerados exceções dentro do corpo diplomático. O comportamento padrão, no sentido de acatar as determinações da chancelaria, se constituiu em majoritário e revelador da importância da hierarquia e do espírito de corpo que triunfou junto ao Itamaraty. Mesmo fugindo ao nosso recorte cronológico, o texto do historiador Gabriel Passetti sobre Luiz Augusto de Pádua Fleury, diplomata do Império, contribui para a nossa reflexão sobre a herança aristocrática que marca a diplomacia em toda a sua história. Pádua Fleury, representante brasileiro em Buenos Aires, convivia com princípios políticos bem distintos do Brasil, o que o fez, em 1874, reafirmar a sua fidelidade ao Império brasileiro. As considerações deste diplomata sobre o caráter desestabilizador do republicanismo argentino eram representativas de sua condição de elite do Império, explicitando também sua tentativa de se mostrar confiável para ascender na carreira (PASSETTI, 2022).

Assim como Pádua Fleury, muitos foram os diplomatas que, ao longo do século XX, guiaram as suas carreiras através da demonstração de uma conduta adequada à instituição. Tomemos como exemplo Vasco Leitão da Cunha, indicado pelo governo Castelo Branco (1964-1967) para chefiar o MRE. No livro *Diplomacia em Alto Mar*, no qual expõe a sua longa carreira, é perceptível que sua visão sobre as qualidades inerentes ao bom exercício da diplomacia estava imbuída dos princípios liberais, sendo adepto do anticomunismo e dos rituais litúrgicos próprios do cargo (CUNHA, 1994). A conduta de Leitão da Cunha é representativa de uma parte da diplomacia brasileira que, especialmente a partir da década de 1930, e mais ainda após a Segunda Guerra Mundial, entendia que o desenvolvimento brasileiro passava por uma postura de aproximação com os EUA, visto como país aliado na luta contra o comunismo. Outra corrente, mais alinhada com o nacionalismo e com a universalização das nossas relações exteriores, também aglutinava simpatizantes. A Política Externa Independente desenvolvida entre 1961 e 1964, teve ampla receptividade junto ao MRE, empolgando setores identificados com a proposição de um plano de desenvolvimento nacional mais autônomo e menos dependente do maniqueísmo inerente ao conflito Leste-Oeste.

Convém lembrar que o rompimento de relações com a URSS, em 1947, não teve suas causas relacionadas à pressão dos EUA, mas sim ao sentimento anticomunista ativo e assentado nos valores das classes médias e das elites (MOTA, 2007, p. 236). A retomada de relações diplomáticas com os soviéticos, ao final de 1961, foi uma iniciativa liderada por Francisco Clementino San Tiago Dantas, que assumiu a condução do MRE no mesmo ano, na fase parlamentarista do governo de João Goulart (1961-1964). Mesmo respaldado por um discurso sobre a necessidade de aprofundar as relações econômicas com o bloco socialista, portanto, de viés pragmático, a ação gerou descontentamento em muitos membros da diplomacia e encontrou resistência de segmentos contrários ao governo de Goulart (FONSECA, 2013). Talvez para contentar esse segmento no MRE, bem como na ala militar, San Tiago Dantas ofereceu o cargo de embaixador em Moscou a Vasco Leitão da Cunha (CUNHA, 1994, p. 236), sob quem não pairava qualquer suspeita de ser de esquerda e que, por isso, posteriormente, foi nomeado o primeiro chanceler do governo de Castelo Branco (1964-1967).

Nem todo diplomata entusiasta da PEI era simpático às ideias de esquerda, uma vez que os princípios dessa política eram amplos, abarcando simpáticos do desenvolvimentismo de caráter nacionalista ou associado. Mas nos anos que antecederam o golpe de 1964, a PEI foi utilizada como um elemento a mais no discurso dos anticomunistas ferrenhos, que a associavam ao antiamericanismo e às simpatias aos países do bloco socialista. O maniqueísmo no entendimento das ações internacionais daquele período foi estimulado pela imprensa, encobrindo o pensamento objetivo que respaldava a proposição de uma política externa que, desejando se ver livre dos enquadramentos da Guerra Fria, almejava a universalização das nossas relações exteriores. A imprensa brasileira, ao fomentar a ideia generalizada de uma política externa "de esquerda", foi responsável por incluir um elemento a mais na composição da justificativa que amparou o golpe militar que derrubou João Goulart (SOUZA, 2018).

Embora não fosse diplomata de carreira, Dantas propôs uma política externa de corte autonomista. Seu sucessor foi João Augusto de Araújo Castro, que defendeu o afastamento da diplomacia das disputas políticas conjunturais. Destacam-se dois momentos de relevo em seu legado: o discurso sobre os 3Ds na Assembleia Geral da ONU, em 1963, e seus pronunciamentos sobre o congelamento do poder mundial e o

Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) no início dos anos 70 (SARDENBERG, 2013, p. 1063). Último ministro antes do golpe de 1964, Araújo Castro fazia questão de ressaltar o caráter profissional de sua atuação e seu distanciamento da política interna, sendo o único ministro de João Goulart a não participar do comício da Central do Brasil, momento de uma guinada política radical, no qual o presidente da República defendeu as reformas de base "na lei ou na marra". Ao evitar o envolvimento direto com um governo visto com desconfianças por setores mais à direita do espectro político, Araújo Castro conseguiu se manter na carreira, chegando, no início da década de 1970, ao posto de embaixador nos EUA. Suas considerações sobre a necessidade de descongelar o poder mundial são expressivas de como a política externa do auge do período militar recuperou aspectos da PEI, porém sem a associação com o contexto interno de reformas sociais.

O anticomunismo se constituiu como uma força ideológica importante dentro do MRE, parecendo predominar em relação às ideias de esquerda. Um aparato jurídico de caráter liberal sempre foi defendido pelos diplomatas, não impedindo que houvesse servidores simpáticos às ideias de esquerda ou que, a depender do momento político, se declarassem comunistas. Data de 1937 a criação oficial de uma agência anticomunista dentro do Itamaraty, responsável, dentre outras coisas, por monitorar as atividades dos comunistas brasileiros para além das fronteiras (NEPOMUCENO, 2018, p. 177).

Nas décadas de 1950 e 1960, investigações internas no MRE foram amparadas pelo clima anticomunista que pairava sobre parte da sociedade brasileira. Em 1952, houve a instauração de uma comissão para apurar denúncias sobre o comunismo na instituição, sendo que no ano seguinte foram colocados em "indisponibilidade inativa e sem remuneração" vários diplomatas, entre eles João Cabral de Melo Neto e Antônio Houaiss (CARMO, 2018, p. 64). O Supremo Tribunal Federal (STF), em 1954, declarou nula a pena aplicada a esses diplomatas, que puderam se reintegrar ao MRE. Em 1964, logo após o golpe militar, uma Comissão de Investigação Sumária (CIS) foi instalada, estimulando denúncias que levaram pelo menos 97 diplomatas a serem investigados, resultando em 20 exonerações. Apesar do Ato Institucional 1 estabelecer um aparato de repressão no serviço público, o MRE obteve especificidade, podendo criar uma comissão própria para identificar e afastar servidores contrários ao governo militar (CARMO, 2018, p. 60).

Uma nova comissão foi formada em 1968, mas, dessa vez, as investidas se deram especialmente contra comportamentos considerados desviantes, recaindo especialmente sobre os homossexuais. A Comissão de Investigação Sumária, ao incidir sobre modos de vida, sugeriu a exoneração dos homossexuais, colocando dezenas de diplomatas em condições vexatórias, como àquelas relacionadas à obrigatoriedade de exames médicos para atestar seus hábitos e ações íntimas (CARMO, 2018, p. 65). A "caça às bruxas" levou muitos outros a serem afastados por terem condutas consideradas incompatíveis com o decoro do cargo. Por ser um artista consagrado no circuito da cultura, a CIS sugeriu que Vinícius de Moraes fosse afastado, porém, reaproveitado pelo Ministério da Educação e Cultura (CARMO, 2018, p. 72-73).

Não faltam episódios que vinculem o MRE ao aparato repressivo da ditadura militar que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985, sejam os diplomatas vítimas ou partícipes da repressão. O diplomata José Pinheiro Jobim, considerado a primeira vítima política do governo de João Figueiredo (1979-1985), participou, entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960, de diversas reuniões oficiais entre Brasil e Paraguai concernentes à criação da Usina de Itaipu. Em 1979, em um evento em Brasília, Jobim teria comentado com algumas pessoas que estava preparando um livro de registros sobre as irregularidades e o esquema de corrupção na construção da binacional. Poucos dias depois seu corpo foi encontrado com evidências de suicídio. À época, já havia indícios da farsa montada, mas somente em 2014, através dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, houve o reconhecimento formal de que Jobim foi torturado e morto pela ditadura. Um ato importante de reparação a sua família foi efetivado em setembro de 2018, quando a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) determinou que sua certidão de óbito fosse retificada, reconhecendo a morte violenta causada pelo Estado brasileiro (BERNARDO, 2021).

O trágico desfecho de Jobim não se situa na lógica dos episódios que enunciamos anteriormente, mas é mais um exemplo de que a pretensa ideia de uma instituição encapsulada, pouco permeável às interações com o universo político interno, é insustentável diante das evidências. Nessa linha pode-se notar a constituição de um centro de informações que, oficialmente inexistente no organograma oficial do MRE, foi responsável por auxiliar o aparato repressivo

brasileiro à época dos governos militares. O Centro de Informações do Exterior (CIEX), teve sua existência negada pela instituição, mas pesquisas comprovam a sua existência e ramificação em diversos países, especialmente no Cone Sul, onde havia similaridade de intenções em acompanhar e reprimir as atividades dos cidadãos considerados "subversivos" (PENNA FILHO, 2009; CNV, 2014; SETEMY, 2014).

Estudos recentes apontaram, por exemplo, que com o apoio direto da diplomacia brasileira, a ditadura no Brasil contribuiu para golpear uma das mais longevas democracias na América do Sul. Roberto Simon fez uma análise exaustiva sobre a contribuição que o governo militar brasileiro deu para a queda de Salvador Allende, em 1973 (2022). O livro ajuda a quebrar uma concepção equivocada sobre as motivações dessa intervenção, qual seja, as ordens de Washington, e demonstra que o regime militar brasileiro tinha suas próprias motivações, centradas no combate às atividades dos asilados brasileiros contra a ditadura militar, apoiados pelo governo de Allende (1971-1973). A pesquisa de Simon sobre o papel desempenhado não só pelo embaixador brasileiro no Chile, Antônio Cândido da Câmara Canto, mas pela diplomacia de forma geral no golpe chileno, se constitui em uma contribuição importante para a compreensão das imbricações da diplomacia brasileira com o aparato repressivo durante a ditadura militar. O autor afirma, por exemplo, que nos dias posteriores ao golpe, o abandono de brasileiros presos no Estádio Nacional em Santiago e a recusa de ofertar salvo-conduto aos mesmos foi discutido no gabinete do ministro de Relações Exteriores em Brasília (SIMON, 2021, p. 23).

Como ocorre em qualquer estrutura de Estado em períodos autoritários, as vozes dissonantes dentro do Itamaraty foram abafadas durante a ditadura militar. Neste período, se propalava a ideia, ainda hoje defendida por alguns diplomatas, de que no MRE só se fazia política de Estado. A ideia era facilitada pelo fato de que os temas de política externa estavam praticamente ausentes da grande imprensa. No início da década de 1980, com o fim da censura, os meios de comunicação passaram a questionar a inserção internacional do país, dando vazão às forças de pressão que desejavam influenciar o processo decisório em política externa (FRANCO, 2009, p. 223).

A redemocratização do país veio no bojo de um processo em que quase tudo que se vinculava à ditadura era rechaçado, salvando-se praticamente a política externa (RICUPERO, 2017, p. 511). O paradigma desenvolvimentista de política

externa não foi rompido com a entrega do poder aos civis, havendo confluência com os princípios que nortearam a inserção internacional do Brasil ao longo dos governos da década de 1980. Mudanças nas orientações de política externa só ocorreram a partir das diretrizes neoliberais do governo Collor (1990-1992). Consideramos válida a já mencionada divisão proposta por Saraiva (2010), que afirma a existência de duas correntes de pensamento no Itamaraty: os institucionalistas-pragmáticos e os autonomistas. Nos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a visão de mundo dos primeiros e a adesão aos ditames neoliberais predominaram no MRE. Embora houvesse distinção no pensamento sobre a forma do Brasil se portar diante de um mundo pós-Guerra Fria e em rápida transformação, a estabilidade democrática contribuiu para a permanência de uma imagem institucional que reforçava a permanência de uma política de Estado dentro da "Casa de Rio Branco".

Certamente a instituição presenciou situações em que diplomatas se curvaram a contragosto às determinações vindas do alto escalão, por terem visões distintas sobre a forma de conduzir as prioridades nas relações internacionais do Brasil. Com o fim da ditadura militar, a Secretaria de Estado continuou priorizando servidores mais identificados com as visões de mundo dos governos de plantão, colocando outros em postos de menor destaque. Esse tipo de alternância em postos-chave, respeitada a progressão na carreira e garantida institucionalmente a partir de critérios sólidos, é algo considerado comum na democracia.

Em 2016, quando a presidente Dilma Rousseff se afastou do cargo para as investigações que culminaram em seu *impeachment*, se deflagrou uma mobilização junto à imprensa internacional para informar que o processo se tratava de um golpe parlamentar. Parte da opinião pública mundial que acompanhava a situação brasileira denunciou o caráter golpista do processo, uma vez que as chamadas "pedaladas fiscais" se constituíram em alegações muito frágeis para sustentar a decisão política. Neste período, o diplomata Milton Rondó atuava como coordenador-geral de Ações Internacionais de Combate à Fome no MRE. Indignado com a movimentação política contra a presidente Dilma, Rondó enviou, em março de 2016, várias mensagens para embaixadas e representações brasileiras no exterior, alertando sobre a possibilidade de ocorrer um golpe de Estado no Brasil. O secretário-geral do Itamaraty à época, Sérgio Danese, rapidamente pediu às representações que as mensagens fossem desconsideradas por terem sido enviadas sem autorização de

superiores, exonerando Rondó do seu posto, três meses depois (OPERA MUNDI, 2016).

Mauro Vieira, diplomata de carreira, que foi chanceler de Dilma e que em 2023 foi o escolhido de Lula para voltar a chefiar o MRE, teve uma conduta considerada para alguns, exemplar, para outros, exageradamente passiva ao entregar o cargo participando de todos os ritos normativos. Seu discurso de encerramento de gestão e de entrega de cargo a José Serra, primeiro chanceler do governo Temer (2016-2018), em maio de 2016, é representativo da tentativa de preservar o Itamaraty das disputas políticas conjunturais. Sua atitude frustrou aqueles que avaliaram que um ministro de Estado deveria mostrar indignação frente ao golpe desferido não só contra à presidente, mas também a seu governo e ministros. Durante o mesmo evento, em contraste com a postura de Mauro Vieira, José Serra proferiu um discurso crítico à política externa dos governos de Lula e Dilma, afirmando, entre outras coisas, que a cooperação com os países do Sul era "praticada com finalidades publicitárias, escassos benefícios e grandes investimentos diplomáticos" (SERRA, 2016).

A ideologização da política externa, atribuída pela grande imprensa aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), nunca conheceu tamanha força quanto no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Ernesto Araújo, chanceler entre 2019 e março de 2021, com suas críticas ao globalismo e ao multilateralismo, fez coro com o clã Bolsonaro, sendo responsável por uma das maiores inflexões da história da política externa brasileira. Defendendo pautas opostas à tradição do Brasil, Araújo, entre uma infinidade de polêmicas ações, orientou a diplomacia a votar nos fóruns multilaterais contra os direitos humanos, além de provocar a China, país que se constitui no maior parceiro comercial do Brasil. As falas e ações negacionistas do presidente Bolsonaro frente à pandemia de Covid 19, corroboradas por seu primeiro chanceler, transformaram o país em um pária internacional, estimulando a reação de parte da diplomacia ativa do país. No início de 2021, uma carta apócrifa assinada por mais de 300 diplomatas pediu a saída de Ernesto Araújo, sob a alegação de que em sua gestão "avolumaram-se exemplos de condutas incompatíveis com os princípios constitucionais e até mesmo com os códigos mais elementares da prática diplomática" (SENA, 2021).

Em demonstração de raro consenso, os ex-chanceleres Celso Amorim, Fernando Henrique Cardoso, Aloysio Nunes Ferreira, Celso Lafer, Francisco Rezek e José Serra, manifestaram-se contra a erosão de princípios tradicionais do MRE, definindo a política externa do Governo Bolsonaro como "diplomacia da vergonha" (MELLO, 2020). Tal convergência entre representantes de governos distintos é sintomática da inflexão sem precedentes que o Itamaraty conheceu entre 2019 e 2022, podendo ser entendida também como uma demonstração de apreço por algumas das tradições que o Brasil construiu em sua atuação internacional.

Considerações Finais

O intuito desse texto foi propiciar a reflexão sobre alguns dilemas que permeiam o dever de ofício de um diplomata. Apesar de toda aura de burocracia coesa que paira sobre o Itamaraty, houve momentos em que ficaram evidentes as posições dissonantes dos diplomatas com relação às orientações advindas da alta hierarquia do MRE. Tais divergências deram-se por questões de ordem pessoal ou por não concordarem com a orientação de política externa determinada pela chancelaria. Ciosos de suas convicções ideológicas e morais, diplomatas se recusaram a seguir normativas, agiram oficiosamente ou nos bastidores para fazer valer suas ideias. Em seu trabalho sobre o anticomunismo no MRE, Setemy cita Batista Luzardo e Pio Corrêa como exemplos de diplomatas que fizeram uso de sua posição pública para potencializar atos a partir de suas convicções ideológicas pessoais (2014, p. 14). Tais diplomatas agiram em consonância com os governos em voga e, por isso, não foram alvo de repreensões ou qualquer ordem de punição. Nos casos por nós analisados, as consequências do agir a partir das convicções pessoais foram distintas e prejudiciais à vida e à carreira dos diplomatas. Os motivos das dissidências apresentados foram diversos, podendo ser de cunho moral, como ilustra o caso de Souza Dantas, ou pela discordância com os rumos da política interna, como o exemplo mais recente de Milton Rondó. Neste último, a resistência veio acompanhada de justificativas sobre a necessidade de defender um princípio elementar: a democracia.

As situações mencionadas evidenciam a permanência, dentro do Itamaraty, da ideia de que um diplomata nunca deve se insubordinar ou desconsiderar a hierarquia. Ainda hoje, o comportamento ideal de um diplomata é aquele que reforça a discrição

e a defesa de uma política de Estado que estaria acima dos interesses conjunturais, como fez Mauro Vieira na entrega do cargo a José Serra, em 2016, quando do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

Luiz Martins de Souza Dantas, na primeira metade do século XX, encarnou ao mesmo tempo o perfil desviante e o modelo, pois agiu contra as determinações do governo Vargas, salvando centenas de vidas, mas também deixou sua marca como um diplomata fino, sensato, e que valorizava a liturgia do cargo. Talvez por isso tenha permanecido por décadas à frente da Embaixada brasileira em Paris. Mesmo quando exorbitou de suas prerrogativas e sofreu um processo administrativo, contou com a compreensão de Oswaldo Aranha.

Com o fim da ditadura militar, se reforçou a ideia de que a alternância de poder na política doméstica não deveria influenciar o MRE. Na década de 1990, a preponderância de uma linha liberal, de maior aproximação com os países desenvolvidos, trouxe a descrença no perfil desenvolvimentista que havia marcado a política externa desde a década de 1930. Isso não impediu que figuras caudatárias da PEI, ou mesmo do pragmatismo responsável do governo Geisel (1974-1979), se mantivessem em ascensão na carreira, contando para isso com o talento demonstrado no percurso profissional. Celso Amorim é exemplo notório neste sentido, pois foi chanceler durante o governo de Itamar Franco (1992-1994), galgando, posteriormente, postos elevados como a chefia da missão permanente do Brasil na ONU. Em 2003, foi nomeado por Lula como ministro das Relações Exteriores, cargo que ocupou de forma ininterrupta por oito anos, sendo, atualmente, no terceiro mandato de Lula, o assessor-chefe da Assessoria Especial da Presidência da República.

Com estas considerações pretendemos contribuir para as análises sobre o MRE, que tem papel preponderante não só na consecução, mas na formulação da política externa brasileira. Na sociedade civil e entre os próprios agentes de política externa, existe a percepção que os diplomatas devem agir a partir do conceito de interesse nacional, que é passível de distintas interpretações, em que pese o consenso na ideia de que ele está atrelado à defesa do desenvolvimento e da autonomia do Brasil frente ao sistema internacional.

Cabe observar que os casos aqui apresentados são exceções, pois o espírito de corpo que marca a sociabilidade entre os diplomatas e a concepção de que existem

deveres a serem cumpridos a partir de uma perspectiva hierárquica parecem preponderar sobre os supostos desvios. Ao mesmo tempo, os diplomatas, como vimos, assimilam interesses advindos de espectros políticos e ideológicos diversos, o que pode influenciar as suas ações. As reflexões aqui apresentadas podem contribuir para derrubar o mito de que política externa se constitui somente em uma política de Estado e que, por isso, está acima dos interesses dos grupos que governam o país. Explorar a sociabilidade e o perfil desses agentes pode auxiliar na compreensão dos meandros do processo decisório da política externa brasileira.

Referências

AMPARO, Gabrielly Almeida Santos; MOR EIRA, Julia Bertino. A diplomacia não tem rosto de mulher: O Itamaraty e a desigualdade de gênero. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies,** v. 22, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/32441>. Acessado em 19 de agosto de 2020.

ARAÚJO CASTRO. **Dicionário, Verbetes.** Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-augusto-de-araujo-castro>. Acesso em 15/03/2023.

BALBINO, Viviane Rios. **Diplomata. Substantivo comum de dois gêneros:** um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira. Brasília: FUNAG, 2011.

BAPTISTA JR., Roberto. A participação do Governo Getúlio Vargas (1951-1954) na deposição de Jacobo Arbenz e o fim da aliança estratégica entre Brasil e Estados Unidos. **Revista de História de América,** n. 149, p. 79-126, 2013.

BERNARDO, André. O diplomata que sabia demais. **Blog Clipping,** 9 set. 2021. Disponível em: <https://bl-*og.clippingcacd.com.br/cacd/o-diplomata-que-sabia-demais/>. Acesso em 30/08/2022.

BUENO, Clodoaldo. O Barão do Rio Branco no Itamaraty (1902-1912). **Revista Brasileira de Política Internacional,** vol. 55, n. 2, p.170-189, 2012.

BUSSALLEU, Jacint Aixer; TORRES, Estanislau. **La guerra civil a Arenys del Mar.** Barcelona: Publicacions de L'abadia de Montserrat, 1999.

CARMO, Gessica Fernanda do. **Os soldados de terno?** Ruptura, crise e reestruturação da diplomacia brasileira (1964-1969). Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, 2018.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O anti-semitismo na Era Vargas:** fantasmas de uma geração (1930-1945). 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____ **Cidadão do mundo:** O Brasil diante do Holocausto e dos judeus refugiados do nazifascismo (1933-1948). São Paulo: Perspectiva; Fapesp, 2010.

_____ Contrariando as circulares secretas do Governo Vargas. **Morashá,** setembro de 2020. Disponível em: <http://www.morasha.com.br/personalidades/contrariando-as-circulares-secretas-do-governo-vargas.html>. Acesso em 30/08/2022.

CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia, diplomatas e política externa:** aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty. Dissertação (Mestrado), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ, Rio de Janeiro, RJ, 1984.
COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório.** Vol. 1. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/textos-do-colegiado/586-epub.html>. Acesso em 25/06/2022.
CUNHA, Vasco Leitão da. **Diplomacia em Alto-Mar:** depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.
DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 21-38.
ESTRE, Felipe. A melhor tradição do Itamaraty deve ser saber renovar-se: diplomacia e diversidade no Brasil. **Mundorama,** 09 fev. 2024. Disponível em: https://medium.com/mundorama/a-melhor-tradi%C3%A7%C3%A3o-do-itamaraty-deve-ser-saber-renovar-se-diplomacia-e-diversidade-no-brasil-c83f2fe7da14. Acesso em 03/06/2024.
ESTRE, Felipe Bernardo. **Diplomatic Tales:** diplomacy as mity construction in Brazil. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP; King`s College London, 2022.
FONSECA, Gelson. Francisco Clementino San Tiago Dantas: o conflito Leste-Oeste e os limites do argumento racional. In: FUNAG. **Pensamento Diplomático Brasileiro:** formuladores e agentes de política externa (1750-1964). Brasília: FUNAG, 2013, p. 985-1028.
FORTUNA, Felipe. Guimarães Rosa, viajante. In: SILVA, Alberto Costa e (Org.). **O Itamaraty na cultura brasileira.** Brasília: FUNAG, 2001, p. 270-285.
FRANCO, Geisa Cunha. **Opinião pública e política externa na abertura democrática brasileira:** o debate na imprensa durante o governo Figueiredo (1979-1985). Curitiba: Juruá, 2009.
FRIAÇA, Guilherme José Roeder. **Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011):** uma análise de trajetórias, vitórias e desafios. Brasília: FUNAG, 2018.
GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
GOBO, Karla. Da exclusão à inclusão consentida: negros e mulheres na diplomacia brasileira. **Revista Política e Sociedade,** vol. 17, n. 38, p. 440-464, 2018.
ITAMARATY exonera diplomara que enviou mensagens ao exterior com alerta sobre golpe no Brasil. **Opera Mundi.** 14 jun. 2016. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/44440/itamaraty-exonera diplomata-que-enviou-mensagens-ao-exterior-com-alerta-sobre-golpe-no-brasil>. Acesso em 19/06/2022.
KOIFMAN, Fábio. **Quixote nas trevas:** o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazifascismo. Rio de Janeiro: Record, 2002.
LOPES, Dawisson Belém. **Política Externa e Democracia no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP, 2013.
LOPES, Roberto. **Missão no Reich:** glória e covardia dos diplomatas latino-americanos na Alemanha de Hitler. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.
MELLO, Patrícia Campos. Ministros de 5 governos diferentes condenam política externa "lunática" de Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**, 28 abr. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/04/ministros-de-5-governos-

diferentes-condenam-politica-externa-brasileira-atual.shtml. Acesso em 08/03/2025.
MOTA, Rodrigo Patto Sá. O perigo é vermelho e vem de fora: O Brasil e a URSS. **Loccus, Revista de História,** v. 13, n. 2, p. 227-246, 2007.
MOURA, Cristina Patriota de. **O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
NEPOMUCENO, Margarida. A criação de uma diplomacia anticomunista no governo Vargas, em 1937. **Em Tempo de Histórias,** v. 1, n. 33, p. 176–189, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/23678>. Acesso em 30/08/2022.
PASSETTI, Gabriel. A Revolução Mitrista na Argentina de 1874: contradições entre neutralidade, ordem e estabilidade nos olhos imperiais do diplomata brasileiro Luiz Augusto Pádua Fleury. In: SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da; PASSETTI, Gabriel (Orgs.). **Nas teias da diplomacia:** percursos e agentes da política externa brasileira do século XIX. Rio de Janeiro: Mauad, 2022, p.157-182.
PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional,** vol. 52, n. 2, p.43-62, 2009.
PINHEIRO, Letícia; VEDOVELI, Paula. Caminhos cruzados: diplomatas e acadêmicos na construção do campo de estudos de Política Externa Brasileira. **Revista Política Hoje,** vol. 21, n. 1, p. 10-25, 2012.
PRESTON, Paul. **A Guerra Civil de Espanha.** Lisboa: edições 70, 2005.
RACISMO e desigualdade social dificultam a entrada de diplomatas negros no Itamaraty. **Alma Preta Jornalismo**, 2022. Disponível em: https://almapreta.com.br/sessao/politica/racismo-e-desigualdade-social-dificultam-a-entrada-de-diplomatas-negros-no-itamaraty. Acesso em 09/03/2025.
RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016).** Rio de Janeiro: Versal, 2017.
SANTANA, Crisley. Instituto da USP guarda parte da história de Aracy de Carvalho (brasileira que ajudou judeus durante a Segunda Guerra Mundial inspirou produção televisiva; acervo da USP fez parte da pesquisa que inspirou série de TV). **Jornal da USP,** 14 jan. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/instituto-da-usp-guarda-parte-da-historia-de- ago. aracy-de-carvalho/>. Acesso em 19/11/2022.
SARAIVA, Miriam Gomes. A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas. **Mural Internacional,** n. 1, p.45-52, 2010.
SARDENBERG, Ronaldo Mota. João Augusto de Araújo Castro: diplomata. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org). **Pensamento diplomático brasileiro:** formuladores e agentes da política externa (1750-1964). Brasília: FUNAG, 2013, p.1063-1100.
SCHUTTE, Giorgio Romano. Política externa brasileira como política pública. In: MARCHETTI, Victor (org). **Políticas Públicas em debate.** São Paulo: MP Editora, 2013, p. 209-230.
SENA, Victor. Em carta, mais de 300 diplomatas criticam Araújo e pedem mudanças. **Revista Exame,** 28 mar. 2022. Disponível em: <https://exame.com/brasil/em-carta-diplomatas-criticam-araujo-e-pedem-urgentes-mudancas/>. Acesso em 15/01/2023.
SERRA, José. Discurso de Posse. **FUNAG,** 18 maio 2016. Disponível em: https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-

das-relacoes-exteriores/jose-serra-chirico-discurso-de-posse. Acesso em 09/03/2025.
SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. O Itamaraty e a Institucionalização das Políticas de Repressão ao Comunismo: revisão e novos apontamentos historiográficos. **Clio: Revista de Pesquisa Histórica,** vol. 31, n. 2, p. 1-26, 2014.
SIMON, Roberto. **O Brasil contra a democracia:** a ditadura, o golpe no Chile e a Guerra Fria na América do Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
SOUZA, Ismara Izepe. **Caminhos que se cruzam: as relações históricas entre Brasil e Espanha (1936-1960).** Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, SP, 2009.
SOUZA, Ismara Izepe. O Brasil na trama do conflito: sociedade e governo diante da guerra civil da Espanha (1936-1939). In: GUTIERREZ, Horácio et. al (Orgs). **A Guerra Civil Espanhola e a América Latina.** 1ed. São Paulo: Terceira Margem, 2018, v. 1, p. 10-30.
SOUZA, Ismara Izepe. Os jornais 'O Estado de S. Paulo' e 'Folha de São Paulo' diante da Política Externa Independente (1961-1964). **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD,** v. 7, p. 366-395, 2018.

Recebido em Julho de 2024
Aprovado em Março de 2025